

De igual modo, se a investigação é afectada pela parcimónia documental, também esta é modelada – para não dizer condicionada – pelos acervos passíveis de serem mobilizados para o efeito. E, neste particular, deve constatar-se o recurso a uma documentação bastante tipificada. Da parte portuguesa, os diplomas produzidos ou custodiados pela Coroa são maioritariamente cartas régias de privilégios, de mandados e de quitações, ao passo que a documentação estrangeira remete essencialmente para fontes financeiras produzida pelos membros das próprias companhias, como os Cambini e os Da Colle, para mencionar somente aquelas que deixaram mais vestígios documentais (Denucé 1909; Rau 1984; Trindade 1980; Berti 1994; Sequeira 2015, 2015a, 2016 e 2018; Soldani 2014, 58; Cardoso 2016).

Assim, o recurso a uma e a outra tem originado uma investigação em que a diacronia se operacionaliza em função do estudo dos indivíduos e das suas clientelas, nomeadamente daqueles que beneficiaram de uma importante visibilidade documental ou que mantiveram uma grande actividade no reino, como Bartolomeu Marchionni (Rau 1974; Guidi Bruscoli 2013 e 2014) ou Luca Giraldi (Rau 1965; Pereira 1982; Alessandrini 2011). Tais trabalhos têm o mérito de apresentar e contextualizar as respectivas biografias – integrando por vezes informações inéditas –, como também de permitir um outro nível de compreensão da organização das actividades das companhias radicadas na praça de Lisboa e das relações que os oficiais destas últimas mantinham com a Coroa. Como sublinhou Nunziatella Alessandrini, os estudos biográficos sobre as figuras que marcaram a expansão portuguesa têm contribuído para a formação de um modelo aplicável a um grupo, algo que se poderia aplicar, com proveito, à comunidade italiana em Lisboa (Alessandrini 2011, 377).

Esta forma de apreensão do que foi a presença italiana em Lisboa tem pelo menos dois grandes efeitos. Por um lado, tende a direccionar quase instintivamente o perfil profissional dos seus membros para a actividade mercantil e comercial, subalternizando as outras actividades em que os seus membros puderam estar envolvidos. Pelo outro lado, e mais importante ainda, a preeminência da história quatrocentista da comunidade «italiana» em Lisboa tem subalternizado o período anterior. Este último é abordado pela historiografia de forma bastante rápida, geralmente como introdução ao que vem depois e alicerçado em referências de carácter biográfico, mais ou menos desenvolvidas consoante os casos e sempre sobre os mesmos indivíduos (Vivaldo Vivaldi nos finais do séc. XIII (Trindade 1980, 350-351); Manuel Pessanha na primeira metade da centúria seguinte (Fernandes 2001; Airaldi 2006; Daneri 2008; Viana 2012; Rossi Vairo 2013; entre outros) ou sobre os grupos de mercadores da Península Itálica estantes em Lisboa que adquiriram privilégios do rei D. Afonso IV nos meados do século XIV (Denucé 1909; Rau 1984; Guidi Bruscoli 2015, 127)).

A presente contribuição não tem a pretensão de modificar o sentido da investigação tal como foi acima apresentada. Nem tal seria possível, uma vez que nada permite colocar em causa a caracterização da comunidade «italiana» em Lisboa que tem sido desenvolvida pela historiografia desde o século passado e, com especial ênfase, na última

década. Este texto pretende, sim, caracterizar essa presença, através da exploração de uma documentação pouco utilizada e valorizada pelos especialistas da questão, nomeadamente com o recurso à documentação pontifícia do século XIV. Bem conhecida pelos historiadores do poder pontifício, esta é muitas das vezes ignorada pelos investigadores que se dedicam ao estudo do comércio medieval italiano, com a óbvia excepção daqueles que se ocuparam do estudo das relações financeiras do Papado na Idade Média (Renoaurd 1941; Favier 1960).

Na realidade, procurar-se-á evidenciar elementos de continuidade nessa presença “italiana” em Lisboa, não somente para perspectivar de forma mais abalizada o enraizamento dos seus membros das estruturas de poder na urbe, como também para melhor definir os matizes de uma ideia, bastante arreigada na historiografia, relativa a uma evolução cronológica da presença itálica em Lisboa aos «solavancos», com um início no final do século XIII, um período de institucionalização nos meados do século seguinte e um desenvolvimento marcado nos finais do século XV.

Antes de finais do século XIII

A presença de elementos oriundos da Península Itálica detecta-se bastante cedo na história de Lisboa, como sugere o caso daquele engenheiro de Pisa, responsável pela fabricação de uma torre de assalto utilizada na conquista da cidade em 1147 e que viria a ser ferido no decurso de uma das refregas ocorridas durante o respectivo cerco (Martins 2017, 219).

Desconhece-se o que aconteceu depois ao referido engenheiro. No entanto, o seu exemplo ilustra o que teria sido provavelmente o nível de inserção destes efectivos “italianos” na urbe: uma presença pontual, aparentemente sem solução de continuidade, justificada pelo exercício de missões de carácter político, diplomático ou financeiro, à semelhança dos agentes pontifícios que, desde o século XII, calcorream a Península Ibérica até chegarem a Portugal (Fleisch 2008). Não era, ainda, o tempo dos mercadores, uma vez que a actividade comercial da cidade se encontrava truncada pela instabilidade causada pela presença islâmica a sul do Tejo, até os inícios do século XIII e, no reino, até aos meados dessa centúria (Andrade e Miranda 2017, 334).

É possível duvidar do impacto destas presenças pontuais e circunstanciais, perceptíveis ao longo do século XII e durante a primeira metade de Duzentos, na formação e no desenvolvimento das comunidades “italianas” em Lisboa. Ainda assim, a recorrência destas relações permitiria um contacto com indivíduos preches de outras experiências e o desenvolvimento de novas solidariedades, extremamente úteis quando se colocava a necessidade de um êxodo português *in terra aliena*, como no caso dos estudantes e mestres lusitanos que demandaram a Universidade de Bolonha ao longo da centúria de Duzentos (Fleisch 2007, 70-71; Norte e Leitão 2016, 51-52). De facto, essa *peregrinatio academica* implicava, da parte dos Portugueses, não somente um conhecimento da rede universitária então embrionária na Cristandade Ocidental, mas sobretudo um conhecimento dos mecanismos comerciais estabelecidos entre Portugal e a Península

Itálica, necessário à transferência de dinheiro e à manutenção económica dos lusitanos na cidade bolonhesa (Melis 1990; Farelo 2001).

Contudo, não serão os argumentos de ordem cultural os únicos a pesar no desenvolvimento de uma nova fase das relações luso-italianas, datada *grosso modo* a partir do final do século XIII.

Os finais do século XIII e os inícios do século XIV

Este período é considerado pela historiografia como um primeiro tempo forte da presença italiana em Lisboa, uma vez que os contactos, que se pensam até aí esporádicos, de representantes apostólicos e de mercadores, fortalecem-se com a fixação *in situ* de indivíduos oriundos da Península Itálica. Considera-se que esta nova etapa é uma consequência directa da nova conjuntura propiciada pela crescente importância de Lisboa na rota atlântica que então se abriu entre o Mediterrâneo e o Atlântico, com a deslocação amiúde de barcos genoveses à Flandres e a Inglaterra a partir do final da década de 1270 e a abertura do estreito de Gibraltar à navegação cristã a partir de 1293 (Melis 1985; Muhaj 2013, 109). Refira-se que esta ideia não é aceite por todos, uma vez que subsiste a noção, em paralelo, de que a cidade de Lisboa e a própria costa portuguesa só se tornaram paragens destas rotas algumas décadas mais tarde (Andrade e Miranda 2017, 343).

Seja como for, é inegável que o final do século XIII é um período de crescimento para a cidade de Lisboa, mensurável na complexificação da sua estrutura camarária e eclesiástica, no reforço da protecção do seu espaço urbano e na crescente presença patrimonial do rei. A cidade suscita cada vez mais o interesse da Coroa (Farelo 2016). Assim, quando a cidade teve necessidade de recorrer a um empréstimo a mercadores de Lucca e de Pistoia em 1278, foi o rei D. Afonso III quem procedeu ao seu pagamento (Rau 1967, 449-450 e 1968, 14; Trindade 1980, 350; Guidi Bruscoli 2018, 65).

Mas, na verdade, o argumento mais forte para comprovar essa nova fase é a presença continuada em Lisboa do mercador genovês Vivaldo Vivaldi. O seu caso constitui geralmente o argumento para datar o início de uma presença «italiana» continuada em Lisboa e mostrar, em simultâneo, a projecção que um estrangeiro poderia então adquirir na cidade. Com efeito, detectado em Lisboa desde 1259, o pouco que sabemos do seu percurso denota uma inserção tanto ao nível régio quanto camarário: relativamente ao primeiro, usufruiu de casas régias (1270 e 1276) e foi um proeminente oficial régio, responsável pela tributação portuária da cidade em favor da Coroa (dizimeiro em 1284); por outro lado, a sua qualidade de cidadão de Lisboa (1278) ligava-o à oligarquia da cidade, tal como a sua condição de mecenas, ainda que através da sua mulher, uma das fundadoras do mosteiro de Santa Clara da cidade (Farelo 2008, 248, nota 1365 e bibliografia citada)³. Tais inserções, mais do

3 Porém, a matriz sigilar do seu selo, recentemente encontrada em Alvalade, não alude a essa ligação, mas sim à sua filiação: «S[IGIVLLUM] VIVALDI E[X] PA[N]DULFO» (leitura de António Castro Henriques, disponível em Alvalade.info).

que uma mera prova das suas solidariedades e da sua provável competência, revelam que era possível a um estrangeiro usufruir nessa altura de uma carreira pública, inserir-se nas elites da cidade e ocupar um lugar de relevo no oficialato régio na urbe.

A singularidade do caso de Vivaldo Vivaldi não permite extrapolar muito sobre o que seria então a comunidade genovesa na cidade. Ora, a contribuição de um quadro documental mais amplo permite aferir que Vivaldo não seria o único “italiano” com interesses em Lisboa. De facto, desde os meados do século XIII, o cabido da Sé lisiponense integrava como um dos seus membros o cardeal-diácono de Santo Estêvão *ad Velum Aureum* Godofredo de Alatri, o qual permaneceu como seu cónego até à sua morte em 1287 (Farelo 2004, 1:84-85; 2:222-223). O final da centúria viria a assistir à introdução capitular de dois outros clérigos procedentes, como o cardeal Godofredo, do Lácio: Benedito de Fumone, camareiro de Mateus Orsini, cardeal-diácono de Santa Maria *in Porticu*, cónego lisiponense já em 1290 e até 1297; e Mestre Bertoldo de Labro, igualmente membro do cabido da Sé de Lisboa e arcediogo de Bolonha, nesta última data (Farelo 2004, 2:166-167; Jorge *et al.* 2005, 42; Farelo 2005, 163; Billotta 2017, 333).

Uma tal origem comum e as ligações que estes ostentavam com membros do Consistório sugerem que a respectiva inserção do cabido de Lisboa se deveu sobretudo aos efeitos da gestão benéficial protagonizados por altas individualidades da Cúria, certamente um factor mais importante do que o interesse que cada um destes cónegos pudessem ter tido pela cidade lisboeta (Gomes 2001, 525, doc. 1). Sendo assim, a validade do argumento não é tanto o interesse por Lisboa que eles teriam ou não demonstrado, mas sim o facto de aí terem usufruído rendimentos provenientes dos seus benefícios eclesiásticos, uma vez que essa posse implicava necessariamente a existência e a capacidade de utilizar meios para canalizar os respectivos rendimentos até à Cúria. E, nesse sentido, o acesso destes clérigos ao cabido lisiponense não se deveria desligar do incremento da possibilidade de transferências monetárias, nomeadamente através das redes comerciais genovesas que permitiam doravante uma ligação mais cómoda entre Lisboa e a Cúria apostólica.

É quase certo que nenhum destes clérigos alguma vez colocou os pés na cidade. Contudo, dada a ligação benéficial que tinham em Portugal, estes poderiam muito bem ter servido de intermediários, da mesma forma que os portugueses moradores na Cúria ou estudantes em Bolonha, para incentivar alguns dos seus conterrâneos em direcção ao reino português, sobretudo num contexto em que se tornava mais fácil deslocar pessoas e bens entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Caciogna 2017, 27, entre outros)⁴.

Creemos que a fundação da Universidade de Lisboa em 1288-1290 forneceu uma boa oportunidade para isso. Em abono da verdade, desconhece-se praticamente tudo sobre os seus primeiros professores durante a sua primeira permanência na cidade entre

4 Como se sabe, a instrução poderia ser um factor que ajudava, por vezes de forma decisiva, à promoção social de um indivíduo.

1290 e 1308 (Farelo 2013, 205). No entanto, se a comparação com o que se sabe nas décadas seguintes for de alguma valia, então teríamos um corpo docente da Universidade de Lisboa-Coimbra composto, até certa medida, por estrangeiros, como se depreende pela estratégia seguida por D. Afonso IV de recrutar docentes na Universidade de Orleães (Farelo 2013, 207-208). Subsistem indícios que apontam no sentido de que um dos primeiros professores do Estudo português foi um conhecido jurista bolonhês: o registo mais precoce do património régio em Lisboa, vulgarmente chamado *livro dos próprios* e redigido em 1299, menciona que uma das casas do rei, situadas justamente na mesma zona da primitiva universidade (a Pedreira), havia sido arrendada a Cervotto (“In primo habeat iby [...] cum duabus domibus in rua et in istijs stat modo o Almazem domny Regijs et in istijs morata fuij magister Cernotus”) (*Cabido da Sé* 1954, 349). Sendo este um nome verdadeiramente excepcional na onomástica medieval portuguesa, é difícil não ver neste “Cernotus” uma referência deturpada ao famoso doutor Cervotto Acúrsio, filho do famoso jurista Acúrsio e irmão do igualmente doutor em Direito Francisco Acúrsio (Ruffino 1980). Uma vez que esta referência não constitui uma prova definitiva dessa identificação, é importante aduzir os argumentos de prova. Em primeiro lugar, os dois irmãos encontravam-se em relação com portugueses que estudavam em Bolonha, como se depreende da sua identificação com as duas primeiras testemunhas do testamento de Pedro Moniz, mestre-escola de Braga e escolar em Bolonha, redigido em 1262 (Farelo 2013a, 262). Para além disso, Cervotto havia lecionado anteriormente em diversas universidades fora da península itálica. De facto, instado a ensinar no *Studium* de Pádua em 1273, aí teria permanecido até ao final do ano lectivo. Com a sua ostracização no ano seguinte e o consequente exílio, ter-se-ia dirigido para a Península Ibérica, existindo dados que o identificam como docente na universidade de Salamanca por volta de 1275 (Rucquoi 1998, 252; Soetermeer 1985, 759-761 [grafado “Carnoto” no documento em questão]). Restabelecido nos seus direitos de cidadão pelas respectivas autoridades municipais, teria voltado dois anos depois a Bolonha. Contudo, poucos anos mais tarde, foi de novo banido, após uma sentença de morte e o confisco dos seus bens, pelo que se deve colocar nessa altura a sua passagem pelo *Studium* de Orleães (Soetermeer 1985, 761). A historiografia data habitualmente a sua morte de 1287, pelo facto de um documento do ano seguinte declarar que a casa onde vivia se encontrava em ruínas. Essa questão encontra-se hoje ultrapassada, uma vez que ele vivia ainda em 1293, quando as autoridades municipais de Bolonha se mobilizaram para conseguir o seu regresso à cidade e a sua integração na respectiva universidade (Ruffino 1980; Soetermeer 1985, 761). Segundo esta linha cronológica, as referências documentais que lhe são feitas em 1288 e 1293 consolidam a ideia de uma ausência de Bolonha durante esse período, o que reforça o argumento da sua presença em Lisboa como um dos primeiros docentes da respectiva universidade, em plena sintonia aliás com o percurso de outros «juristas italianos dos séculos XIII e XIV que, por necessidade, tornaram-se professores ambulantes» (Soetermeer 1985a, 80).

Ao mesmo tempo que diversos juristas bolonheses como Cervotto se dispersavam pela Cristandade ocidental, alguns mercadores genoveses colocaram-se ao serviço das monarquias ocidentais, com o propósito de desenvolver as respectivas marinhas. Assim aconteceu com Benedetto Zaccaria, que se tornou comandante da armada castelhana em 1285-1286 e 1292-1294, antes de rumar a França, uma lógica igualmente plasmada na chamada de Manuel Pessagno (Pessanha) ao reino de Portugal em 1317, para dirigir a modernização de uma marinha portuguesa que pretendia lutar contra os muçulmanos no estreito de Gibraltar (nota 9 e Duarte 2005).

De facto, este indivíduo reunia em si um conjunto importante de predicados: não somente tinha um irmão, Antonio Pessagno, que se encontrava então ao serviço do rei inglês, como ele e os seus irmãos participavam activamente no circuito comercial Inglaterra-Península Ibérica-Génova, desde pelo menos o início do século (Avery 2007, 108; Doehaerd 1941, 994-996, n.º 1682). Sendo este um caso referido por praticamente todos os autores que se debruçaram sobre a questão da presença italiana em Lisboa, já porém poucos foram aqueles que procuraram demonstrar, nos seus diferentes matizes, as razões pelas quais esta inserção genovesa era peculiar no quadro da cidade e do próprio reino. É admitido que esta inserção tinha uma vertente técnica para além daquela comercial, o que desde logo justificava que o almirante mantivesse junto de si vinte mareantes genoveses. Um elemento menos explorado é o de que esta nomeação viabilizou a introdução de um novo *player* na cidade, com capacidade jurisdicional. De facto, a fixação dos Pessanhas permitiu uma "redefinição" da comunidade genovesa (para não dizer "italiana") na cidade de Lisboa em condições favoráveis: uma localização privilegiada na Pedreira (forçando assim a realocização dos judeus que aí viviam) e a aquisição de um conjunto importante de prerrogativas jurisdicionais, das quais se destaca o coutamento desse espaço (Farelo 2008, 121-122)⁵. Para além destes dois elementos, a doação ao almirante de 1317 constitui igualmente o primeiro passo de um processo de promoção nobiliárquica, que viria a permitir a conservação do almirantado na família Pessanha até os meados do século XV. De uma certa forma, os Pessagnos tornaram-se os "chefes de proa" desta comunidade e ajudaram à fixação de outras, como a comunidade alemã, que mantinha a seu serviço e para quem o próprio Manuel Pessagno ordenou a construção de um hospital, em casas situadas na Pedreira (Fontes 2012, 243).

Lida desta forma, a presença destes alemães seria sobretudo motivada pelos seus conhecimentos técnicos, uma razão igualmente apontada para a entrada na cidade dos Prazentinos (originários de Piacenza), chegados a Lisboa durante a década de 1330 com o propósito de responder às necessidades de especialistas na construção e reparação navais (TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 86v [doc. de 1371]).

5 A isenção da jurisdição régia ou camarária que decorreu dessa acção não deixou aliás de suscitar um conjunto de confrontos ao longo do período tardo-medieval com o concelho.

Esse maior enraizamento de “italianos” em Lisboa a partir do início do século XIV espelhou-se igualmente numa nova inserção de clérigos no Cabido da Sé de Lisboa, possibilitando a diversificação funcional da comunidade “italiana” da urbe. Ao contrário do período anterior, os cónegos que agora adquiriam estalas capitulares decidiam usufruir *in loco* dos seus benefícios. No caso de Pedro de Fumone, sabe-se que chegou a Portugal em 1309-1310, juntamente com o bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães. Permaneceu em Lisboa cerca de vinte anos, durante os quais exerceu uma actividade importante no seio da administração episcopal como vigário-geral. Teve descendência, uma vez que de uma sua filha nasceu um futuro médico de D. Fernando e prior de S. Vicente de Fora. O caso de Tiago de Filiis de Colonna (D. Jacobo) é igualmente significativo. Membro de uma das mais importantes famílias romanas medievais, preferiu tentar a sua sorte em Lisboa, ainda que mantendo as suas ligações romanas, quanto mais não fosse através do usufruto de um canonicato na basílica de Santa Maria Maior (Farelo 2004, 1:85, 1:104, 2:241-244, 2:334-344).

Pese embora a existência de uma comunidade “italiana” formada por membros com inserções funcionais distintas, pouco ou nada se sabe das suas vivências, das suas interligações ou dos conflitos que mantinham. Eram indivíduos certamente reconhecidos pela sua extracção exogénea, ligados à mercancia ou à Igreja, mas que se mantinham ainda alheados das elites camarárias e do funcionalismo régio na urbe (Farelo 2008, 139, 732-756).

Os meados do século XIV

As décadas centrais do século XIV não parecem trazer nada de novo em termos de novas inserções funcionais na cidade. Permanece a pouca representatividade de clérigos “italianos” no cabido catedralício, da mesma forma que a oligarquia camarária continua blindada à inserção de estrangeiros nas suas fileiras. No entanto, este período é caracterizado por uma evolução importante na percepção jurídica e jurisdicional de algumas destas comunidades, através do seu reconhecimento formal. Em termos concretos, trata-se de concessões, bastantes conhecidas, de um conjunto de privilégios outorgados pela Coroa portuguesa a indivíduos específicos (ao prazentino Albertim Moncassola em 1341; a um conjunto de mercadores lombardos em 1344), a uma companhia específica (os Bardi florentinos em 1338) ou a toda uma comunidade (os prazentinos em 1341) (Verlinden 1957; Trindade 1980, 354-355; Muhaj 2013, 115; Guidi Bruscoli 2018, 66).

O intuito destes privilégios era claro: atrair mercadores individuais e companhias como os Bardi de Florença e os lombardos Bussão, concedendo-lhes um quadro favorável do ponto de vista económico, com a livre circulação das suas mercadorias, e sobretudo do ponto de vista jurídico-jurisdicional, com a concessão de um estatuto privilegiado aos seus membros, através da sua protecção e do estabelecimento de justiça “própria” pela atribuição de um cônsul responsável pelo dirimir dos processos que os envolveriam (Farelo 2016, notas 75-76).

O estabelecimento desta moldura jurisdicional bastante favorável deve ser lido à luz das relações entre mercadores “italianos” e a cidade, mas também da vontade régia em incentivar o papel de Lisboa como empório comercial. Desse ponto de vista, D. Afonso IV foi lesto em aproveitar a conjuntura da Guerra dos Cem Anos e o conseqüente fecho de mercados. Vários autores, como Adrian Muhaj, chamaram a atenção para a sincronia cronológica da concessão destes privilégios com o início da instabilidade entre a França e a Inglaterra, pelo que a insegurança das rotas terrestres até então seguidas para chegar ao Norte europeu propiciou uma cada vez maior utilização da rota mediterrânico-atlântica por parte dos mercadores mediterrâneos, nomeadamente dos Genoveses (Muhaj 2013, 109-10, 112, 117).

A escassez de informação não permite detalhar a operacionalização destes privilégios, uma vez que pouco ou nada transparece da documentação conservada pelas companhias italianas ou pela Coroa portuguesa à época. Ainda assim, a forma como foram efectuadas na altura as transferências financeiras entre o reino de Portugal e a Cúria apostólica pode constituir um bom ponto de observação, dado que os agentes eclesiásticos portugueses e pontifícios não deixaram de utilizar os Genoveses para fazer chegar a Avinhão os rendimentos devidos pelo clero português à Câmara apostólica. Assim aconteceu, por exemplo, cerca de 1349, quando o papa ordenou ao colector apostólico em Portugal que transmitisse três mil florins através dos cidadãos de Génova Roberto Barattieri, Marcolino de Guizolfi e Babilano Vento (Deprez e Mollat 1960-1961, n.º 1980).

A instabilidade sentida na Península Itálica pela guerra entre Génova e Veneza entre 1350 e 1355 ditou o interregno na utilização deste circuito genovês para a transferência das espécies monetárias com destino a Avinhão, como aliás da actividade comercial envolvendo as duas potências (Muhaj 2013, 117). Certamente por inspiração do bispo de Lisboa, Teobaldo de Castillon, originário da Aquitânia e bom conhecedor das redes comerciais francesas, os fundos portugueses passaram a ser enviados nos anos seguintes pela mediação de mercadores aquitanos ou do *Midi* francês, através de duas rotas atlânticas: Portugal-La Rochelle-Cúria ou Portugal-Flandres-Cúria, no âmbito de uma prática a seu tempo devidamente esclarecida por Yves Renoaurd (Renoaurd 1941, 241-242 e 1949).

Com o final da guerra entre Génova e Veneza em 1355, ter-se-iam criado as condições para a normalização da circulação mercantil no Mediterrâneo ocidental. Como no reinado anterior, o novo monarca, D. Pedro, deu um sinal às comunidades de mercadores estrangeiros estantes em Lisboa e, por cartas datadas de 1357, confirmou os privilégios dos mercadores prazentinos, milaneses, genoveses e corsos (Marques 1944, 105-106, 116-117). Serão estas quatro comunidades aquelas que, cinco anos mais tarde, mantinham o direito de escolherem entre si o responsável pelo carregamento do haver-de-peso das respectivas naus (Marques 1984, 352-353; Trindade 1980, 349).

Com o restabelecimento da situação, também as autoridades apostólicas reabilitaram a mediação das companhias “italianas”. Assim, em 1358, a transferência de dinheiro

passou por “certos mercadores” de Florença estabelecidos em Sevilha e Lisboa e, no ano seguinte, por mercadores genoveses estabelecidos em Montpellier, Otolinus Brunengui, e por Giorgio Lescari (Renouard 1941, 244; Williman e Corsano 2014, 160-161). A partir do início da década seguinte, estas transferências fizeram-se através de genoveses. Talvez para mitigar os riscos, os câmbios efectuados pelo colector apostólico em Portugal entre 1360 e 1364 foram sempre acordados com diferentes mercadores genoveses (e um florentino) estantes em Lisboa. No primeiro destes anos, foram enviados mil florins através de *Imperali de Saumonis* e entregues por Galeazzo Grillo, outro mercador genovês que habitava então a Cúria (Hoberg 1955, 309-310).

Em Setembro do ano seguinte, já com o comissário apostólico João Garrige no terreno, foi realizada uma nova transferência, desta feita com o florentino Nicolau Sassetti, então morador em Lisboa, e com os seus sócios, no valor de 2370 florins, recebidos na Cúria por Zenobius Martini de Florença (Hoberg 1955, 359; Renouard 1941, 245). Para além de Lisboa, Nicolau Sassetti foi activo em Montpellier e em Barcelona, tendo um dos seus descendentes mantido na sua posse a respectiva carta de câmbio, emitida em Lisboa a 21 de Novembro, em favor de Chiaro del Rosso e sua companhia em Avinhão (Marcucci 1855, XXX-XXXI; Bruscoli 2018, 66).

Quatro meses mais tarde, a escolha do colector voltou a recair sobre dois mercadores genoveses, Arginozzo di Gualtieri e Lanfranco Parmesina, sendo o seu receptor Guglielmo Finamore, conterrâneo dos anteriores e então morador em Avinhão (Renoard 1941, 245). A escolha dos genoveses continuou no ano seguinte com o envio de seis mil florins dos proventos da Câmara Apostólica através de Marco de Cattaneo, mercador em Lisboa, com destino ao seu irmão João de Cattaneo, doutor em Leis e advogado na Cúria, e a Acelmu de Creilis, mercador de Génova, ambos vivendo na Cúria (Archivio Segreto Vaticano, *Registra Avenionensia* 247, fl. 212).

Este último envio parece ter constituído o fim de um ciclo. A partir dessa altura, a instabilidade causada pela guerra civil castelhana entre D. Pedro, o Cruel, e o seu irmão Henrique de Trastâmara trouxe uma nova perturbação aos circuitos comerciais ibéricos. Um dos efeitos foi o aumento do protecçãoismo face aos interesses dos mercados portugueses. Nessa perspectiva, o mesmo rei que havia confirmado os privilégios de algumas das comunidades estrangeiras em Lisboa em 1357, ordenou oito anos mais tarde que prazentinos, genoveses, lombardos e milaneses não mais pudessem comprar mercadorias para revender no reino (Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, n.º 3; Martins e Loureiro 2016, 140, n.º 59). Acrescendo a esta situação a insegurança dos caminhos causada pela guerra e pelo banditismo, assistiu-se então a um natural êxodo dos mercadores estrangeiros da Península Ibérica. O testemunho do colector apostólico Bertrand du Mazel, que estanciou em Portugal entre 1368 e 1371, é revelador desse quadro nefasto para a circulação de pessoas e bens. Este informa as autoridades camerais, em 1369, que nenhum mercador se aventurava a vir ao reino devido à guerra que havia começado entre Portugal e Castela. De igual modo, observa o

mesmo que muitos mercadores portugueses pretendiam então fugir do reino, pelo que os câmbios solicitados haviam aumentado de 3 por 1 para 4,5 por 1 (Farelo 2018, 548).

Para além desta situação, o pobre colector tinha ainda um outro problema a resolver. Com efeito, a Câmara Apostólica ordenara a todos os seus oficiais, nesse mesmo ano de 1369, que todos os pagamentos efectuados à mesma fossem efectuados através dos agentes da companhia florentina dos *Alberti Antichi*. Como essa companhia não tinha filial em Lisboa, Bertrando foi obrigado a contratar um dos genoveses que ainda se encontravam em Lisboa. Com Caulico Doria, certamente um membro da companhia do mesmo nome que então se encontrava na cidade, cambiou por duas vezes, em Outubro de 1368 e Janeiro de 1370 (Farelo 2018, 548-549).

Como seria de esperar, D. Fernando procurou reforçar os laços comerciais anteriormente estabelecidos, sobretudo agora que o contexto das guerras fernandinas entre Portugal e Castela não pressupunha um incremento de tais relações. Em concreto, conhece-se o estreitar das relações com a república de Génova, por via de um tratado assinado em 1370, pelo qual a Coroa portuguesa garantia a protecção dos interesses genoveses em Portugal, confirmando quiçá a preponderância da comunidade genovesa na cidade (Peragallo 1980). Era assumida, da parte régia, uma verdadeira estratégia de concentração de mercadores estrangeiros em Lisboa. Esta última ganhou um importante incremento com a promulgação de uma lei, datada de 1375, pela qual a cidade de Lisboa se tornava o local obrigatório para a compra e venda das mercadorias trazidas e levadas pelos mercadores estrangeiros (com a excepção de figos, sal e vinho) (Andrade e Miranda 2017, 341; Martins e Loureiro 2016, 244, n.º 129)⁶.

Do final do século XIV aos meados do século XV

A nova dinastia instituída com o rei D. João I, em 1385, reconheceu a importância dos mercadores estrangeiros em Lisboa. E mesmo se o monarca teve, a espaços, de contentar os desejos de um grupo mercantil lusitano que via nos seus homólogos estrangeiros uma fonte de competição, parece claro que uma das estratégias régias passou, desde cedo, pela atracção da actividade comercial através da concessão de privilégios a comunidades de mercadores oriundos – necessariamente – de terras sob a obediência do papa de Roma, como era o caso das cidades-estado italianas. Privilégios foram concedidos à república de Veneza para que as suas galés pudessem entrar em Lisboa, da mesma forma que o rei liberalizou a actividade comercial em 1386, ordenando às autoridades municipais da cidade que não colocassem embargo aos mercadores que viessem a Lisboa para comprar e carregar mercadorias (Martins 2011, 73, n.º 17). Três anos mais tarde, foi a vez do embaixador genovês Ambrogli de Manni da República agradecer ao rei a defesa dos interesses dos seus membros na cidade (Muhaj 2013, 118).

6 Promulgada em 1375, esta lei foi objecto de confirmações em 1390, 1395, no final do reinado de D. João I (1430-1433) e em 1466. Nas cortes de 1385 falou-se igualmente desse assunto.

Trata-se de uma conjuntura benéfica que alguns se encontraram em boa posição para explorar. Os bons contactos de alguns deles – como os genoveses João de Palma, Frederico Cancelmo e Benedito Leocardio – justificam a sua utilização como agentes de D. João I em compras efectuadas em Bruges (Trindade 1980, 352). De igual modo, os serviços destes mercadores-banqueiros passam a ser requisitados pelos portugueses que se encontravam ou se deslocavam à Península Itálica; desde logo os estudantes, que encontraram nos diversos mercadores de Florença, nomeadamente no genovês João de Palma e nos Medici florentinos, os intermediários para a transferência dos fundos de que precisavam (Costa 1978, 545; Melis 1990a). E não será impossível que, durante a década de 1380, a escolha de mercadores de Piacenza, de Lucca, de Florença e de Génova para pagar na Cúria apostólica as taxas pelo acesso de alguns clérigos portugueses aos seus benefícios se devesse aos conhecimentos de que dispunham estes “italianos” radicados em Lisboa (Costa 1978, 463, 486, 488-489, 515).

Não tardaria muito que essas comunidades consolidassem a sua projecção na cidade, nomeadamente através da sua introdução nos circuitos comerciais locais e nas licitações de arrendamentos de direitos, como se ilustra pelas rendas do arcebispo lisiponense. Segundo uma queixa do Município, datada de 1401, os prazentinos, genoveses, ingleses, flamengos e outros estrangeiros de Lisboa tinham tomado conta do arrendamento dos direitos sobre o vinho, o azeite e o trigo pertencentes ao arcebispo da cidade, apesar de estes não serem vizinhos de Lisboa e de não contribuírem para “encargos da guerra e do reino”, ou seja, para o bem comum da cidade e do reino (Martins 2011, 153, n.º 78; Alessandrini 2015-2016, 124).

Em virtude desta nova capacidade de intervenção, não é de admirar que se tivesse assistido, durante a última década do século XIV, a um cercear da capacidade de intervenção desta comunidade: proibição de compra e venda de produtos fora de Lisboa (1390), interdição a genoveses e prazentinos de vender panos a retalho e de diversificar as compras, que então se tinham estendido ao mel, à cera e ao haver-de-peso (1391), bem como de pendurar panos verdes à porta das suas lojas, apesar dos apelos feitos pelos procuradores da comunidade prazentina (1395) (Martins 2011, 88-9, n.º 32; Martins e Loureiro 2016, 281-282, n.º 162 e 290, n.º 166; Dias 2005, 144-146). Percebe-se que a situação é então extremamente tensa entre estes mercadores estrangeiros e os lisboetas. Alguns mercadores estrangeiros tinham obtido carta de vizinhança do rei – muitos a rogo da rainha “e de outros”, segundo o documento –, pelo que beneficiavam das isenções concedidas por essas cartas, embora sem prestar os devidos serviços inerentes ao estatuto de vizinho de Lisboa (Martins 2011, 138-139, n.º 66; Martins e Loureiro 2016, 315-6, n.º 202, entre outros). Ainda que o rei tivesse procurado reverter a excepção, é certo que a conflitualidade não terá cessado e, perante a possibilidade de um qualquer êxodo, o rei foi obrigado a emitir um novo documento de protecção dos referidos mercadores prazentinos, genoveses e de outras nações estantes em Lisboa (Martins 2011, 108-110, n.º 66; Martins e Loureiro 2016, 316, n.º 203).

O que este episódio das cartas de vizinhança mostra é que os membros destas comunidades procuraram retirar benefícios económicos de um maior enraizamento em Lisboa, uma vez que o usufruto deste direito pressupunha a permanência na cidade (Farelo 2008, 212-217). Mas este caso denota igualmente uma capacidade de intervenção na urbe derivada de um estreitamento das relações com a Coroa, nomeadamente da comunidade prazentina: uma das suas famílias é nobilitada em 1399 e insinua-se no cabido olisiponense (Perestrellos); um dos seus membros foi um dos primeiros tesoureiros de D. João I (Persifal), o qual residiu, como alguns dos seus conterrâneos, na zona mais nobre da cidade, a Rua Nova, em casas pertencentes à Coroa (Trindade 1980, 356; Alessandrini 2012, 83; Muhaj 2013, 119-120, sobre a presença prazentina em Portugal na segunda metade do século XIV).

Face a este cenário, e com a consolidação da rota comercial entre o Norte e o Sul da Cristandade ocidental, a cidade de Lisboa adquire preponderância. Presta-se uma renovada atenção às suas potencialidades enquanto placa giratória entre a Península Italiana e o Mar do Norte, da mesma forma que Lisboa se torna simultaneamente um ponto de aprovisionamento importante para os couros e a grã necessários para o trabalho das manufacturas de Florença e de Pisa e um centro de consumo e de distribuição de panos e outros artigos de luxo italianos (Sequeira 2015, 47-48). Compreende-se assim que as primeiras duas décadas de Quatrocentos tenham assistido à presença em Lisboa de agentes de importantes companhias, e que as próprias cidades-estados italianas se tenham tornado sensíveis à nova importância da praça de Lisboa (Canestrini 1849, 99; Costa 1990, 505-506; Trindade 1980, 354; Soldani 2014, 50-51; Guidi Bruscoli 2018, 67). É verdade que os Alberti rejeitaram ainda em 1399 a possibilidade de criação de uma filial em Lisboa, mas as décadas seguintes assistiram à vinda de importantes companhias: os Marabotto, que tinham negócios com estudantes portugueses em Bolonha desde 1404, chegam nos anos 1420; os Lomelini, que tinham negócios com o rei em 1398, identificam-se na cidade em 1424; os Cambini, detectados em Lisboa desde 1414, encontram-se representados a partir de 1423 com Bartolomeu Ser Vanni (Melis 1990, 1-4; Rau 1968a, 68-69; Tognetti 1999, 27; TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 105v).

Estas companhias vão concentrar nas décadas seguintes as actividades comerciais e financeiras que eram até então geridas pelas suas antecessoras (Melis 1990, 3-10; Black 2007, 72; Guidi Bruscoli 2018, 70), insinuando-se em “novas áreas de negócio”, como os mercados internos (com a associação a mercadores judeus) (Tavares 2012), o abastecimento de trigo à praça de Ceuta (Trindade 1980, 352), as transferências de numerário para a Cúria Romana (Tognetti 1999, 141 e 199), a importação para Portugal de produtos de luxo como livros e óculos (Ilardi 2007, 125-128) ou a exploração de diversos monopólios: do coral (outorgado em 1443 por cinco anos a Bartolomeu di Ser Vanni), do açúcar (partilhado em 1456 entre João Guidetti, Marco Lomelini e Domenico Scotto), da cortiça (partilhado em 1456 entre Maarten Lem e Marco Lomellini durante dez anos), do alúmen (partilhado em 1460 entre Giovanni Guidetti, Giovanni Morosini e Lorenzo

Berardi e concedido em 1469 a Giovanni da Colle durante dez anos) e do ouro da adição (outorgado a Lourenço Florentino, provavelmente o mesmo Lorenzo Berardi) (Melis 1990, 12-13; Trindade 1980, 353; Guidi Bruscoli 2015, 129-130 e 2018, 68-70 e bibliografia citada). Sergio Tognetti resume bem a abrangência de uma dessas companhias em Lisboa, no caso vertente os Cambini, “um dos principais, senão mesmo o principal banco italiano [em Lisboa], de referência para eclesiásticos, diplomáticas e estudantes universitários provenientes de Portugal” (Tognetti 1999, 142).

Através dos serviços que prestavam às elites do reino, os representantes destas companhias dispunham agora de uma maior capacidade em obter privilégios do rei, nomeadamente em termos de cartas de segurança – que lhes permitiam geralmente permanecer em Lisboa, circular livremente pelo reino português com as suas mercadorias durante três anos e não responder por dívidas dos seus conterrâneos (Andrade e Miranda 2017, 345) – e de integração no respectivo oficialato concelhio (Martins e Loureiro 2016, 447, n.º 320), ao qual pertencia o conhecido mercador Tropol de Vivaldi, designado como um dos vereadores da cidade em 1469 (Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro 1.º de Escrituras de Emprazamentos*, fl. 152).

A segunda metade do século XV

Os meados da centúria foram anos de uma autêntica competição entre as companhias já radicadas em Lisboa, como os Cambini e os Lomelini, e aquelas que agora chegavam, como os Da Colle (Tognetti 1999, 134 e 179; Berti 1994). A cidade tornou-se o centro estratégico para controlar o comércio atlântico (lã, couro irlandês, grã [*kermes vermilio*], escravos, ouro e açúcar) (Tognetti 2002, 364-367, 372), pelo que é lógico que esta tenha sido incluída como escala da carreira das galés florentinas entre o Mediterrâneo e o Norte europeu (Canestrini 1846, 102). Ao nível da vivência urbana, os Venezianos obtiveram então o almejado consulado (Trindade 1980, 354; Muhaj 2013, 120-121), enquanto algumas figuras importantes foram agraciadas com cartas régias de legitimação, naturalização ou vizinhança (na falta de um estudo específico e abrangente sobre o tema, veja-se Guidi Bruscoli 2013, 41 e Pinto 2017, 125-127); têm prole nascida em Lisboa e habitaram espaços nobres da cidade, como são os casos da Rua Nova ou da freguesia da Sé (Alessandrini e Flor 2013, 111, 116; Guidi Bruscoli 2018, 73-76). Obviamente, esta preeminência gera anticorpos, pelo que se compreende que o assunto dos atentados feitos à economia do reino por florentinos e genoveses tivesse sido pontualmente reavivada em Cortes, como em 1459, 1472-1473 e 1481-1482 (Guidi Bruscoli 2018, 69-70; Muhaj 2013, 118)⁷.

O final da década de 1470 pareceu marcar o início de um novo período. A entrada maciça de produtos de África e das ilhas atlânticas, o crescimento da comunidade e o aumento da concorrência puseram à prova as companhias que, como os Cambini e os

7 Veja-se igualmente os agravos da Câmara do Porto em 1448 à prática de um genovês que açambarcava os couros na comarca de Entre Douro e Minho.

Da Colle, assentaram a sua actividade nas trocas tradicionais e no crédito bancário às elites políticas e eclesiásticas, cada vez mais excendentárias quando comparadas com os fundos enviados a Lisboa. A abertura do caminho marítimo para a Índia e o estabelecimento de uma carreira regular de navios impulsionaram “o comércio e reforçaram a vinda de estrangeiros desejosos de participar nos lucros” (Alessandrini 2013, 106), permitindo o enriquecimento daqueles que haviam apostado nesse negócio, do qual os arquétipos permanecem o cremonense João Francisco Affaiati (Alessandrini 2014) e, sobretudo, o florentino Bartolomeu Marchionni, que se assumiu na viragem do século como um dos mais importantes mercadores em Portugal e um dos mais privilegiados mercadores italianos da praça olisiponense (Alessandrini e Flor 2013, 110; Guidi Bruscoli 2013, 41-42).

Constituída por mercadores, mas também por clérigos e artistas (Afonso e Monteiro 2006), o prosseguimento do estudo da comunidade “italiana” radicada em Lisboa no período medieval poderá trazer perspectivas interessantes para a história económica e financeira, sobretudo no que respeita às relações orgânicas dentro das companhias e ao lugar ocupado pela praça olisiponense no trato com as respectivas sucursais do Norte atlântico e com o Mediterrâneo. Em paralelo com o ainda necessário arrolamento casuístico, é importante promover a elaboração de sínteses em que se procurem enquadrar, não somente a presença italiana em Portugal, mas sobretudo a presença lusitana nas histórias das próprias repúblicas italianas e suas companhias, dados os múltiplos pontos de contacto entre ambas.

O tema tem igualmente uma palavra a dizer para o esclarecimento da própria história portuguesa, uma vez que muitos dos percursos dos membros destas comunidades se entrecruzam com a Coroa e atestam um crescente enraizamento na cidade. Dessa forma, estudar a presença italiana em Lisboa no período medieval é contribuir simultaneamente para o estudo da sociologia das oligarquias olisiponenses e para o esclarecimento dos mecanismos clientelares em que se apoia também o desenvolvimento da Coroa portuguesa e a sua crescente afirmação na cena internacional.

Referências

Fontes manuscritas

Archivio Segreto Vaticano.

Registra Avenionensia 247.

Arquivo Municipal de Lisboa.

Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, n.º 3.

Livro 1.º de Escrituras de Emprazamentos, fl. 152.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Chancelaria de D. Fernando, liv. 1; *Chancelaria de D. João I*, liv. 5.

Fontes impressas

- Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa.* 1954. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- COSTA, António Domingues de Sousa, ed. 1978. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. III/1. Roma-Braga: Editorial Franciscana.
- DEPREZ, Eugène, e Guillaume Mollat, eds. 1960-1961. *Clément VI. Lettres closes, patentes et curiales intéressantes les pays autres que la France.* Paris: Edouard de Boccard.
- DIAS, João José Alves, org. 2005. *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. II, tomo 2 (1387-1402). Lisboa: CEH.
- HOBERG, Hermann, ed. 1955. *Die Einnahmen der Apostolischen Kammer unter Innozenz VI*, vol. I: *Die Einnahmeregister des papstlichen thesaurars.* Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh.
- MARCUCCI, Ettore, ed. 1855. *Lettere edite e inedite di Filippo Sassetti.* Firenze: Felice le Monnier.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, org. 1984. *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367).* Lisboa: INIC-CEH.
- MARQUES, João Martins da Silva, ed. 1944. *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1 (1147-1460). Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- MARTINS, Miguel Gomes, ed. 2011. *Rey de Portugal e Senhor de Çepta: livros I e II de D. João I.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- MARTINS, Miguel Gomes, e Sara de Menezes Loureiro, eds. 2016. *Livro dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices.* Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa.
- PINTO, Pedro. 2017. “Carta da Câmara de Lisboa à feitoria portuguesa de Antuérpia sobre os mercadores estrangeiros com privilégio de vizinho (1512)”. *Fragmenta Histórica* 5: 125-127.
- WILLIMAN, Daniel, e Karen Ann Corsano, eds. 2014. *The Spoils of the Pope and the Pirates, 1357: the Complete Legal Dossier From the Vatican Archives.* Cambridge, Mass.: The Ames Foundation-Harvard Law School.

Bibliografia

- AFONSO, Luís Urbano, e Patrícia Monteiro. 2006. “Uma nota sobre Mestre Jácome, pintor régio de D. João I”. *Artis. Revista Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 5: 471-480.
- AIRALDI, Gabriella. 2006. “Due fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, 139-146. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2003. “A comunidade florentina em Lisboa (1481-1557)”. *Clio* 9: 63-87.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2011. “Contributo alla storia della famiglia Giraldi, mercanti banchieri fiorentini alla corte di Lisbona nel XVI secolo”. *Storia economica* 14: 377-407.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2012. “Os Perestrello: uma família de Piacenza no Império português (séc. XVI)”. In *Di buon affetto e commercio. Relações Luso-italianas na Idade Moderna*, edição de Nunziatella Alessandrini et al., 81-111. Lisboa: CHAM.

- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2013. “Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes”. In *Portugal na Monarquia Espanhola – Dinâmicas de integração e de conflito*, editado por Pedro Cardim *et al.*, 105-132. Lisboa: CHAM/CIDEHUS-UÉ/GHES.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2014. “Os Italianos e a expansão portuguesa: o caso do mercador João Francisco Affaitati (séc. XVI)”. In “*Tra fede e storia*”. *Studi in onore di Mons. Giovannino Pinna*, edição de Martino Contu, 35-50. Cagliari: AIPSA EDIZIONI.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2015-2016. “Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis”. *Revista Internacional em Língua Portuguesa* 28-29: 121-134.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. 2018. “La Chiesa di Nostra Signora di Loreto e la Nazione Italiana di Lisbona (sec. XVI-XVIII)”. In *Chiesa di Nostra Signora di Loreto 1518-2018. Una chiesa italiana in terra portoghese*, org. de Nunziatella Alessandrini e Teresa Bartolomei, 181-192. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. n.d. “*Dicionário dos Italianos estantes em Portugal*”. Acedido 7 Julho, 2018. <http://www.catedra-alberto-benveniste.org/dic-italianos.asp>.
- ALESSANDRINI, Nunziatella, e Sabina de Cavi. 2014. “A antiga igreja de Nossa Senhora do Loreto da nação italiana em Lisboa (1518-1651). Dados arquivísticos e algumas hipóteses sobre o edifício de Filippo Terzi”. *Revista de História da Arte* 11: 51-68.
- ALESSANDRINI, Nunziatella, e Pedro Flor. 2013. “Indícios, sinais e moradas dos Italianos estantes em Lisboa (séc. XVI)”. In “*Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò*”. *Lisboa dos Italianos: História e Arte (Sécs. XIV-XVIII)*, edição de Nunziatella Alessandrini, 103-121. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste».
- ALVALADE.INFO. n.d. “Achado medieval inédito em solos de Alvalade”. Acedido 6 Junho, 2018. <http://www.alvalade.info/achado-medieval-inedito-em-solos-de-alvalade/>.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, e Flávio Miranda. 2017. “Lisbon. Trade, urban power and the king’s visible hand”. In *The Routledge Handbook of Maritime Trade around Europe 1300-1600*, edição de Wim Blockmans *et al.*, 333-351. London-New York: Routledge.
- AVERY, Dan Manuel Serradilla. 2007. “Seville: between the Atlantic and the Mediterranean, 1248-1492: pre-Columbus commercial routes from and to Seville”. M.A., University of St. Andrews.
- BERTI, Marcello. 1994. “Le aziende da Colle: una finestra sulle relazioni commerciali tra la Toscana ed il Portogallo a metà Quattrocento”. In *Toscana e Portogallo. Miscellanea storia nel 650° anniversario dello Studio Generale di Pisa*, edição de Luís Adão da Fonseca e Maria Eugenia Cadeddu. 57-106. Pisa: Edizioni ETS.
- BILLOTTA, Maria Alessandra. 2017. “Per lo studio delle circolazioni artistiche e culturali nella Penisola ibérica nel Medioevo: la riscoperta di un frammento giuridico miniato bolognese conservato nella *Biblioteca Pùblica* di Évora fra storia, storia dell’arte e arqueologia del libro per lo estúdio”. *Mediaeval Sophia. Studi e ricerche sui saperi medieval* 19 (gennaio-dicembre): 307-41.
- BLACK, Robert. 2007. *Education and Society in Florentine Tuscany: Teachers, Pupils and Schools, c. 1250-1500*. Leiden: Brill.

- BRUSCOLI, Francesco Guido. 2013. “Bartolomeo Marchionni: um mercador-banqueiro florentino em Lisboa (séculos XV-XVI)”. In *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò. Lisboa dos Italianos: História e Arte (Sécs. XIV-XVIII)*, edição de Nunziatella Alessandrini, 39-60. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste».
- BRUSCOLI, Francesco Guido. 2014. *Bartolomeo Marchionni, «homem de grossa fazenda» (ca. 1450-1530). Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Firenze: Leo S. Olschki Editore.
- BRUSCOLI, Francesco Guido. 2015. “I mercanti italiani, Lisbona e l'Atlântico (XV-XVI secolo)”. In *Diplomacia y comercio en la Europa atlántica medieval*, edição de Jesús Á. Solórzano Telechea et al., 125-146. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.
- BRUSCOLI, Francesco Guido. 2018. “Da comprimari a protagonisti: i fiorentini en Portogallo nel Basso Medioevo (1338-1520)”. *eHumanista* 38: 65-82. http://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume38/5%20ehum38.rg.cor.bruscoli.pdf.
- CACIOGNA, Maria Teresa. 2017. “Dinamiche di Curia e ascese sociali (secoli XIII-XIV). Esempi e riflessioni”. In *La mobilità sociale nel Medioevo italiano. 5. Roma e la Chiesa (secoli XII-XIV)*, edição de Cristina Carbonetti Vendittelli e Marco Vendittelli, 23-38. Roma: Viella.
- CANESTRINI, Giuseppe. 1846. “Intorno alle relazioni commerciali de' fiorentini co' portoghesi avanti e dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza”. *Archivio storico italiano* 3: 93-110.
- CARDOSO, Ana Clarinda. 2016. “Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63): do registo contabilístico à atividade comercial e financeira na praça de Lisboa”. M. A., Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- COSTA, António Domingues de Sousa. 1990. *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o Século XV*, vol. 1. Bolonha: Publicaciones del Real Colegio de España.
- DANERI, Angelo. 2008. *Emanuele Pessagno. Dalla Val Graveglia a Lisbona. Un “sabedor de mar” fra la nobiltà portoghese*. Gammarò: Sestri Levante.
- DENUCÉ, Jean. 1909. “Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XV^e et XVI^e siècles)”. *Archivo Historico Portuguez* 7 : 310-319 e 377-392.
- DOEHAERD, Renée. 1941. *Les Relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont, d'après les Archives notariales génoises aux XIII^e et XIV^e siècles*, vol. III. Bruxelles-Rome: Institut Historique Belge de Rome. Vol. III.
- DUARTE, Luís Miguel. 2005. “Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: os almirantes genoveses nos primórdios das marinhas de guerra de Castela, França e Portugal”. In *Genova. Una “porta” del Mediterraneo*, edição de Luciano Gallinari, vol. 1, 259-294. Cagliari: Brigati.
- FARELO, Mário. 2001. “Les Portugais à l'Université de Paris au Moyen Âge. Aussi une question d'acheminements de ressources”. *Memini. Travaux et Documents publiés par la Société des études médiévales du Québec* 5: 101-129.
- FARELO, Mário. 2004. “O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)”. M. A., Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FARELO, Mário. 2005. “A quem são teúdos os barões e sages cónegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no Cabido da Sé de Lisboa (1277-1377)”. *Lusitania Sacra* 17: 141-182.

- FARELO, Mário. 2008. “A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)”. PhD diss., Universidade de Lisboa.
- FARELO, Mário. 2013. “A «Universitas» no labirinto: escolares e redes sociais”. In *A Universidade Medieval em Lisboa, Séculos XIII-XVI*, edição de Hermenegildo Fernandes, vol. 1, 187-233. Lisboa: Tinta-da-China.
- FARELO, Mário. 2013a. “Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento”. In *A Universidade Medieval em Lisboa, Séculos XIII-XVI*, edição de Hermenegildo Fernandes, vol. 1, 237-265. Lisboa: Tinta-da-China.
- FARELO, Mário. 2016. “Redes de justiça e conhecimento da cidade medieval portuguesa. O exemplo de Lisboa (séculos XII-XV)”. *s-Legal History Review* 22: secção 4.2 http://www.iustel.com/v2/revistas/detalle_revista.asp?id_noticia=416908.
- FARELO, Mário. 2018. “Um coletor apostólico *in remotis finibus mundi*. Bertrand du Mazel em Portugal (1368-1371)”. In *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*, edição de Francisco J. Hernández *et al.*, 532-556. Firenze: SISMEL-Edizioni del Galluzzo.
- FAVIER, Jean. 1960. *Les Finances pontificales à l'époque du Grand Schisme d'Occident, 1378-1409*. Paris: École Française de Rome.
- FERNANDES, Fátima Regina. 2001. “Los genoveses en la armada portuguesa: los Pessanha”. *Edad Media. Revista de Historia* 4: 199-206.
- FLEISCH, Ingo. 2007. “The Portuguese clergy and the European universities in the 12th and 13th centuries”. In *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão: Séc. XII-XIV*. Lisboa: CEHR.
- FLEISCH, Ingo. 2008. “Rom und die Iberische Halbinsel: das Personal der päpstlichen Legationen und Gesandtschaften im 12. Jahrhundert”. In *Römisches Zentrum und kirchliche Peripherie: das universale Papsttum als Bezugspunkt der Kirchen von den Reformpäpsten bis zu Innozenz III*, edição de Jochen Johrendt e Harald Müller, 135-189. Berlin-New York: De Gruyter.
- FONTES, João Luís Inglês. 2012. “Da «Pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)”. PhD diss., Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, Saul António. 2001. “Escolares e Universidade na Coimbra Medieval”. In *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, 511-531. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ILARDI, Vincent. 2007. *Renaissance Vision from Spectacles to Telescopes*. Philadelphia: American Philosophical Society.
- JORGE, Ana Maria C. M. *et al.* 2005. “La dimension européenne du clergé de Lisbonne (1147-1325)”. In *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu*, 19-43. Lisboa, CEHR.
- MARTINS, Miguel Gomes. 2017. *1147, A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MELIS, Federico. 1985. “Gli italiani e l'apertura delle vie atlantiche”. In *I trasporti e le comunicazioni nel Medioevo*, edição de Luciana Frangioni, 103-110. Firenze: Le Monnier.
- MELIS, Federico. 1990. “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo nel secolo XV”. In *I mercanti italiani nell'Europa medievale e rinascimentale*, edição de Luciana Frangioni, 1-18. Firenze: Le Monnier.

- MELIS, Federico. 1990a. “Sul finanziamento degli allievi portoghesi del Real Colegio de España di Bologna nel XV secolo”. In *I mercanti italiani nell’Europa medievale e rinascimentale*, edição de Luciana Frangioni, 19-33. Firenze: Le Monnier.
- MUHAIJ, Adrian. 2013. “Quando todos os caminhos levam a Portugal. Impacto da guerra dos Cem anos da vida económica e política de Portugal (séculos XIV-XV)”. PhD diss., Universidade de Lisboa.
- NORTE, Armando, e André de Oliveira Leitão. 2016. “A mobilidade dos escolares portugueses: a peregrinatio academica entre os séculos XII e XV”. *Lusitania Sacra* 33: 43-98.
- PERAGALLO, Prospero. 1890. “Due documento riguardanti le relazioni di Genova col Portogallo”. *Atti de la società Ligure di Storia Patria* 23: 717-732.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa. 1982. “Lucas Giraldi, mercador florentino na Inquisição de Lisboa”. *Anais da Academia Portuguesa da História* 28: 287-314.
- RAU, Virgínia. 1965. “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”. *Estudios Italianos em Portugal* 24: 3-35.
- RAU, Virgínia. 1967. “Affari e mercanti in Portogallo dal XIV al XVI secolo”. *Rivista italiana di storia económica e sociale* 14: 447-456.
- RAU, Virgínia. 1968. “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV – os Lomellini”. In *Estudos de História*, Vol. I: *Mercadores, mercadorias, pensamento económico*, 13-58. Lisboa: Editorial Verbo.
- RAU, Virgínia. 1968a. “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini di Prato”. In *Estudos de História*, Vol. I: *Mercadores, mercadorias, pensamento económico*, 59-74. Lisboa: Editorial Verbo.
- RAU, Virgínia. 1974. “Notes sur la traite portugaise à la fin du XV^e siècle et le Florentin Bartolomeo di Domenico Marchionni”. *Bulletin de l’Institut historique Belge de Rome* 44: 535-543.
- RAU, Virgínia. 1984. “Privilégios e Legislação Portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”. In *Estudos sobre a História Económica e Social do Antigo Regime*, 15-30. Lisboa: Presença.
- RENOUARD, Yves. 1941. *Les Relations des Papes d’Avignon et des compagnies commerciales et bancaires de 1316 à 1378*. Paris: École Française de Rome.
- RENOUARD, Yves. 1949. “Un Français du Sud-Ouest, évêque de Lisbonne au XIV^e siècle : Thibaud de Castillon (1348-56)”. *Bulletin des Études Portugaises* 13: 29-51.
- RUFFINO, Onofrio. 1980. “Cervotto d’Accorso”. In *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 24, 115-6. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana. [http://www.treccani.it/enciclopedia/cervotto-d-accorso_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/cervotto-d-accorso_(Dizionario-Biografico)/).
- RUCQUOI, Adeline. 1998. “*Studia Generalia* y pensamento hispánico medieval”. *Miscelânea* 19: 243-280.
- SEQUEIRA, Joana. 2015. “A companhia Salviati-Da Colle e o comércio de panos de seda florentinos em Lisboa no século XV”. *De Medio Aevo* 7 (1): 47-62.
- SEQUEIRA, Joana. 2015a. “Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV”. In *Con gran mare e fortuna. Circulação de pessoas mercadorias e ideias na Idade Moderna*, edição de Nunziatella Alessandrini *et al.*, 21-34. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste».

- SEQUEIRA, Joana. 2016. “Entre Lisboa e Pisa: alguns exemplos de viagens comerciais no terceiro quartel do século XV”. In *Ao Tempo de Vasco Fernandes*, edição de Agostinho Ribeiro, 173-185. Viseu: Museu Grão Vasco.
- SEQUEIRA, Joana. 2016. “Comprar, organizar e expedir: mercadores pisanos no negócio internacional dos couros portugueses e galegos no século XV”. *eHumanista* 38: 131-145. http://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume38/9%20ehum38.rg.cor.sequeira.pdf.
- SOETERMEER, Franck. 1985. “Un professeur de l’université de Salamanque au XIII^e siècle: Guillaume d’Accurse”. *Anuario de historia del derecho español* 55: 753-765.
- SOETERMEER, Franck. 1985a. “Les fils d’Accurse et l’École d’Orléans”. *Bulletin de la Société archéologique et historique de l’Orléanais* 68: 69-80.
- SOLDANI, Maria Elisa. 2014. “Dal Mediterraneo all’Atlantico. Gli uomini d’affari fiorentini nella penisola ibérica”. In *Vespucci, Firenze e le Americhe*, edição de Giuliano Pinto *et al.*, 43-62. Firenze: Leo S. Olschki Editore.
- TAVARES, Maria José Ferro. 2012. “Das sociedades comerciais de judeus e italianos às sociedades familiares de cristãos novos. Exemplos”. In *Di buon affetto e commercio. Relações Luso-italianas na Idade moderna*, edição de Nunziatella Alessandrini *et al.*, 21-40. Lisboa: CHAM.
- TOGNETTI, Sergio. 1999. *Il Banco Cambini. Affari e mercati di una compagnia mercantile-bancaria nella Firenze del XV secolo*. Firenze: Leo S. Olschki Editore.
- TOGNETTI, Sergio. 2002. “Note sul commercio di schiavi neri nella Firenze del Quattrocento”. *Nuova Rivista Storica* 86 (2): 361-374.
- TRINDADE, Maria José Lagos. 1980. “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal pendant le Moyen Âge”. *Anuario de estudios medievales* 10: 343-359.
- VAIRO, Giulia Rossi. 2013. “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis”. *Medievalista online* 13. <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vairo1306.htm>.
- VERLINDEN, Charles. 1957. “La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l’économie métropolitaine et coloniale portugaise”. In *Studi in onore di Armando Saporì*, vol. 1, 617-661. Milano: Studio Editoriale Cisalpino.
- VIANA, Mário. 2012. “O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média”. In *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*, edição de Jesús Á. Solórzano Telechea *et al.*, 313-344. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.